

# Funai vai abrir licitação para demarcação de terras

*Cinco áreas indígenas no Amazonas vão entrar no processo de licitação a partir de 5 de dezembro*

BRASÍLIA (Sucursal) — A Fundação Nacional do Índio (Funai) vai abrir, no dia 5 de dezembro, o processo de licitação para obras de demarcação de cinco áreas indígenas no Amazonas com recursos do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), doados pelos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, França, Alemanha, Canadá e Japão, países do Grupo dos Sete (G-7).

As demarcações representam área de 5,5 milhões de hectares, somadas a mais duas áreas no estado do Pará, e uma no Acre, segundo informou ontem a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal (SCA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). As demarcações envolverão áreas Cabeceiras do Rio Acre (AC), Jarawara/Jamanmadi/Kanamari (AM), Kanamari do rio Juruá (AM), Paraná do Boá-Boá (AM), Paraná do Paricá (AM), Paumari do Lago Manissuã (AM), Parque Indígena do Tumucumaque (PA) e Rio Paru D'Este (PA).

A Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal informou também que treze reservas indígenas que, em conjunto correspondem a uma área de cerca de 8 milhões de hectares, estão sendo licitadas para demarcação pela Funai, também com recursos do PPG-7. Entre elas estão as áreas do Igarapé Capanã, Inau Ini/Inuini, Juma e Rio Biá, no Amazonas.

Uma primeira licitação, à qual compareceram 13 concorrentes, entre empresas e instituições não-governamentais, foi aberta no último dia 11 e está sendo avaliada por uma comissão técnica integrada por representantes da Funai e dirigentes do PPG-7. Essa primeira etapa envolve um total de áreas superior a dois milhões de hectares.



*As terras dos uaimiris-atroaris, entre Amazonas e Roraima, são uma das poucas demarcadas pelo Governo*

O projeto de demarcação das terras indígenas no Brasil faz parte do sub-programa de Recursos Naturais do PPG-7 e envolve cerca de US\$ 30 milhões, incluindo uma contrapartida do governo brasileiro de US\$ 7,9 milhões. Ontem e hoje, estão reunidos em Rio Branco (AC) membros da Comissão Paritária que estão examinando o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil. Integrada por representantes de diversas organizações indígenas não-governamentais, Funai, Ministério da Justiça e Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, a comissão vai deliberar sobre novas áreas a serem protegidas, discutir o andamento dos trabalhos este ano e a programação para 1997.